

Antes de novas medidas, governo quer ver resultados da reindexação

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

O titular da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan), João Batista de Abreu, informou ontem à noite a este jornal que o governo não está cogitando de baixar nenhum pacote econômico, muito menos aplicar um novo choque, já que as medidas provisórias em vigor permitem manter o déficit público em níveis inferiores aos do ano passado e estabilizar a inflação a curto prazo.

"Alguns jornais saíram com esse tal 'Plano Inverno', que já começaria de forma inconstitucional por basear-se na criação de depósitos compulsórios" —, observou o ministro, que passou o dia envolvido com as negociações acerca da política salarial e do déficit da Previdência, pontos considerados prioritários para fechar o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A orientação de Batista de Abreu e do ministro Mailson Ferreira da Nóbrega, da Fazenda, sobre o que fazer no curto prazo, é no sentido de esperar pelo menos até meados de julho para ver o efeito da beteneização da economia sobre o comportamento dos preços e as expectativas do mercado. Assessores de Batista de Abreu acreditam que a provável estabilização da inflação no patamar de 20% seria aceitável pela missão do FMI.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de julho, cuja coleta foi concluída na última quinta-feira, deve ficar realmente entre 22 e 23%, embora o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ainda não tenha processado os dados da última semana. Se a inflação de julho ficar no mesmo nível — ou, na melhor das hipóteses, registrar uma pequena queda — não haverá razão para duvidar da eficiência da reindexação como médio para prevenir a hiperinflação.

ORTODOXO

"As propostas que estão surgindo fora do governo, como o choque ortodoxo do deputado Cesar Maia, pressupõem em cenário de caos inflacionário que ainda não faz parte das nossas hipóteses de trabalho", disse ontem um auxiliar de Batista de Abreu. A área econômica — especialmente a Se-

plan — está envolvida com as questões imediatas, relacionadas com o déficit público, para viabilizar a conclusão das negociações com a missão do FMI.

Esses economistas não vêem condições objetivas para se tentar qualquer plano mais ambicioso de redução da inflação, por considerar que a principal causa das pressões sobre os preços está no plano psicossocial das expectativas pré-eleitorais, agravadas pelos interesses do Congresso na sucessão presidencial.

"Se o Congresso se recusa a aprovar simples aumentos de alíquotas da Previdência ou fechamento de umas poucas estatais, como é que iria aprovar um programa mais duro que envolva antecipação de receita tributária e suspensão de incentivos e isenções fiscais?" indaga um assessor.

Com a reindexação diária da economia, o governo sabe que será impossível esperar alguma queda na inflação — mas em compensação deu total garantia ao mercado de que seus

ativos estarão protegidos diariamente, seja qual for o IPC. Acalmando o mercado, como já se nota no refluxo das cotações do dólar no paralelo, a beteneização afasta a incerteza e a ameaça imediata de hiperinflação, estancando o movimento de fuga de capitais para o exterior.

CHOQUE EXTERNO

Para que os preços salttem para novo patamar, com 30% ao mês, seria preciso ocorrer um choque externo — com queda nas reservas — ou um choque de oferta interno, com uma súbita escassez agrícola. Nenhuma das duas ameaças faz parte do cenário de médio prazo da equipe econômica. Por isso o governo se contentaria em ver aprovada no Congresso a Medida Provisória nº 63, que aumenta as alíquotas e desvincula do salário mínimo os benefícios da Previdência, para assim poder sustentar junto à missão do FMI a promessa de um déficit operacional de 3,79% do Produto Interno Bruto (PIB).

A conclusão das negociações, que em princípio pode

ocorrer ainda nesta semana, já seria um elemento adicional de reversão das expectativas no "front" externo. A assessoria econômica da Seplan reconhece que o inverso também é verdade, já que eventuais dificuldades para se acertar com o FMI manteriam no ar a suspeita de que haveria problemas de balanço de pagamentos em meados do segundo semestre, pela falta de recursos externos.

Uma sucessão de problemas com o Congresso, impedindo a viabilização do acordo pela impossibilidade de reduzir o déficit público, seria o caminho mais curto para o agravamento da crise de confiança interna e externa, com reflexos diretos sobre a inflação. Nesse caso, estaria criado o quadro de pré-convulsões que exigiria algo como a "economia de guerra" do deputado Cesar Maia, na opinião da Seplan. Sem essa deterioração, o Executivo não terá como tomar a iniciativa de qualquer novo plano econômico — por absoluta falta de apoio parlamentar.